

REFLEXÃO SOBRE ALGUNS ELEMENTOS DE PROTEÇÃO SOCIO-AMBIENTAL AOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR NA BAHIA

Luana Ladu

Mestrado em Economia

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Láurea em Economia

Universita' Luigi Bocconi Milano

SESSÃO:

1. Introdução

O etanol proveniente de cana de açúcar é, no momento, a grande notícia no mundo da energia, devido a suas características especiais: alta produtividade agrícola, o balanço de carbono extremamente positivo para a substituição de fontes de energia fósseis e uma forte adequação ao desenvolvimento tecnológico no futuro imediato. A esses aspectos soma-se ainda um fator de atração irresistível entre seu custo de produção e o seu preço potencial no mercado de combustíveis. O argumento dos empresários e dos países ricos para o aumento da produção do etanol visa aliviar, de uma só vez, dois grandes males do século 21: a *escassez do petróleo* e o *efeito estufa*.

Por outro lado, este tipo de análise, não prescinde da consideração de algumas contradições inerentes da indústria da cana: impactos negativos no meio ambiente e a superexploração do trabalho, que tornam a proposta, um instrumento de sustentabilidade ambiental bastante duvidoso do ponto de vista da inclusão social dos "corta-cana" - trabalhadores dos canaviais, cujas condições trabalhistas são indigentes. Frequentemente se recorre principalmente à mão-de-obra migrante neste regime de produção, que torna os trabalhadores mais vulneráveis e dificulta ainda mais a organização da família e a previsão de renda. O trabalho duro durante o corte da cana-de-açúcar tem causado a morte de centenas de trabalhadores, um custo social frequentemente negligenciado na mensuração dos custos e benefícios.

Na medida em que o etanol se torna competitivo no mercado mundial, a agroindústria canavieira passa a figurar como peça estratégica da matriz energética brasileira. Em muitas regiões do país, o aumento da produção de etanol tem causado a expulsão de camponeses de suas terras e gerado dependência da chamada "economia da cana", onde existem somente empregos precários nos canaviais. O monopólio da terra pelos usineiros impede que outros setores econômicos se desenvolvam, gerando desemprego estimulando a migração e a submissão de trabalhadores a condições degradantes.

De fato, o atual crescimento da produção brasileira de etanol a partir da cana de açúcar tem uma racionalidade bem definida por trás dela. Só no Estado de São Paulo, encontra-se em construção mais de trinta novas usinas exclusivamente projetadas para a produção de etanol. E, para os próximos cinco anos, este será o ritmo previsto: todas as usinas para a produção de álcool. Na sua maioria, os trabalhadores dessas usinas não de naturalidade de São Paulo, são

quase todos da Região Nordeste do País, normalmente dos estados de Maranhão, Piauí, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte e Norte de Minas Gerais.

Em 2006, só no estado de São Paulo, a previsão da Pastoral do Migrante foi de que lá estiveram 200 mil trabalhadores migrantes nordestinos. Cada vez mais jovens, homens e mulheres, cortadores de cana são obrigados a duplicar a produtividade para competir com as máquinas no processo. Eles são submetidos a um ritmo de produção insuportável e de elevados riscos à saúde humana.

Apesar da propaganda de “eficiência”, a indústria da agro-energia baseia-se na exploração de mão-de-obra barata e até mesmo escrava, como muitas vezes é noticiada nos órgãos de comunicação¹. Os trabalhadores são remunerados por quantidade de cana cortada e não por horas trabalhadas. Na década de 80, por exemplo, o trabalhador era obrigado a cortar, em média, de cinco a oito toneladas de cana por dia e, em 2006, eles já estavam sendo obrigados a cortar de 12 a 15 toneladas de cana por dia. Normalmente não é admitido trabalhadores que cortam menos do que dez toneladas por dia. Assim, houve, com o passar do tempo, um incremento muito grande nos níveis da produtividade e, conseqüentemente, o esforço no corte de cana passou a demandar cada vez mais muita energia e um desgaste muito grande da força de trabalho nos cortes.

Com níveis baixos de salários por unidade de produção, os cortadores de cana-de-açúcar são obrigados a trabalhar até a exaustão suprema, passando dos limites capacidade humana em jornadas de trabalho que duram até 18 horas de forma a que possam auferir alguma renda que lhes permita a subsistência básica². Os trabalhadores não têm nenhum controle sobre a quantidade de produção realizada e conseqüentemente de sua remuneração, pois a remuneração é-lhes dada por quantidade de cana cortada e não por horas trabalhadas. Esta situação tem sérios efeitos à saúde e vem causando até mesmo a morte de muitos trabalhadores por fadiga, pelo trabalho excessivo diário. A maioria das contratações é terceirizada por intermediários ou “gatos” que apropriam de parte da renda do trabalho durante a produção, o que dificulta a possibilidade de reivindicação dos direitos trabalhistas, pois não existe um contrato formal de trabalho diretamente com o trabalhador. A figura do empregador fica invisível nesse processo produtivo, que nega a própria relação de trabalho, já que os cortadores de cana trabalham sem registros formais de trabalho, sem medidas de proteção, sem acesso a água ou ao alimento adequado e sob condições higiênicas e de habitação precárias.

Algumas vezes são os próprios trabalhadores que têm que pagar o aluguel, a alimentação, os instrumentos de trabalho e em casos de acidentes de trabalho não recebem a assistência médica necessária. É freqüente a ocorrência de acidentes nas condições de transporte precário aos canaviais. Piauí, Bahia e Maranhão são os estados com estatísticas de trabalho nestas ³.

2. Objetivos

¹ No estado de São Paulo, maior produtor do país, a meta de cada trabalhador é cortar entre 10 e 15 toneladas de cana por dia e os trabalhadores recebem R\$2,44 por tonelada de cana cortada e empilhada. Para receber R\$413 por mês, os trabalhadores têm que cortar uma média de 10 toneladas de cana por dia. Para isso, são necessários 30 golpes de facão por minuto, durante oito horas de trabalho por dia.

² A revelação é feita pelo presidente da Fetag, Antônio Vitorino, que não citou nominalmente quais as empresas que fazem os trabalhadores de escravos.

³ Os dados são do Ministério do Trabalho e Emprego.

Este trabalho propõe a realização de um ensaio em termos qualitativo e quantitativo sobre as condições de trabalho nos canaviais do estado a Bahia, especialmente a análise das ações de políticas públicas estaduais ou de iniciativa privada em relação ao fenômeno da produção energética de cana. Especificamente, pretende-se analisar as condições econômicas do setor de cana-de-açúcar no Estado de Bahia, verificar as ações estaduais, tais como a participação no Pacto de Compromisso para Erradicação de formas de Trabalho Escravo, analisar quantitativamente os termos da produção média diária, níveis de preço e aspectos qualitativos e socioeconômicos dos trabalhadores.

3. Metodologia e descrição

A redação de este artigo requer inicialmente uma análise econômica do setor sucroalcooleiro do Brasil e baiano em particular, considerando a potencialidade de avanço da agroindústria canavieira e a produtividade e tecnologia utilizada pelas usinas em funcionamento. Para este fim, entre outros serão analisados os seguintes fatores em relação ao estado da Bahia: disponibilidade de terras e características do solo⁴ das diferentes regiões do estado, produtividade média atual e potencial das áreas destinadas a monocultura e fertilidade dos canaviais, presença de sistemas de irrigação complementar o plena⁵, situação do mercado interno para o etanol, logística para a exportação, tipo de investimentos no setor⁶ e plantio de mudas na indústria canaviária. Nesta análise serão consideradas também o número de licenças ambientais emitidas para a construção de unidades ambientais.

Uma segunda análise se baseia nas ações do Governo neste setor⁷. Por um lado se analisara, as ações estaduais para aumentar a produção e fornecimento do álcool, entre outras: linhas de crédito subsidiadas para estimular a expansão da área agrícola e das capacidades industriais, sistema de proteção contra as importações, venda de carro a álcool a preços baixos, investimento em pesquisas científicas para a melhoria do processo produtivo da cana e para as tecnologias dos motores.

Por outro lado, será dedicada maior atenção às ações do estado para contrastar os efeitos negativos do desenvolvimento da indústria do etanol: destruição do meio ambiente e em termos mais profundos descumprimento das leis trabalhistas⁸. Ações, dirigidas à regulamentação e produção, exigindo e fiscalizando o cumprimento das leis aplicáveis a este setor. Mundialmente, a Bahia é o estado pioneiro na construção da Agenda do Trabalho Decente – até então, o processo decorria de iniciativa dos países. Outro passo decisivo foi a Conferência Estadual do Trabalho Decente, em abril último.

Além da ação do Governo, na luta contra a exploração do trabalho jogam um papel importante as instituições de iniciativas privadas e públicas, como ONGs, associações, sindicatos e movimentos sociais. As ações destes organismos, em geral, consistem em reclamações a organismos superiores internacionais ou a polícia federal mesma, ou em atividades de

⁴ A característica do solo é uma informação significativa da produtividade do setor: os solos predominante arenosos, com boa fertilidade devido a grande quantidade de matéria orgânica estão entre os fatores que contribuem para o alto rendimento agrícola.

⁵ Por causa da irregularidade das chuvas na região.

⁶ Distinção espacial (nacional e/ou estrangeira) e setorial (petroquímico etc.) das fontes de investimentos.

⁷ Arco temporal de pelo menos 10 anos.

⁸ Por exemplo será coletada informação deste tipo: em 2003 745 pessoas foram libertadas na Bahia.

sensibilização aos consumidores e as empresas. Este artigo, requer a reconstrução do quadro (aproximativo) das ações no estado da Bahia

Juntos as análises precedentes se analisara' as políticas dos principais importadores de etanol brasileiro e a respectiva sensibilização aos padrões socioambientais. Por exemplo, a UE - União Européia, vai exigir a importação de biocombustíveis - dos produtores em geral - padrões socioambientais rígidos (proteção ao meio ambiente e aos trabalhadores). As iniciativas privadas estrangeiras⁹ tem também um peso determinante no desenvolvimento sustentável do setor da cana de açúcar. O consumidor europeu que exige e rejeita produtos cuja produção esteja vinculada a trabalho escravo, a lavagem de dinheiro, a desmatamento de áreas protegidas, constitui uma barreira não-tarifária as commodities brasileiras, contribuindo a determinar o nível potencial de produção sustentável do biocombustível.

O artigo mostrara' a importância dos esforços nacionais e internacionais para garantir produção e consumo sustentáveis de bioncomustíveis.

Conclusões

Estrangeiros e brasileiros estão investindo na cana-de-açúcar no Brasil, movidos pela sede global pelos biocombustíveis após as decisões políticas para redução do aquecimento global. O etanol foi eleito porque tem um índice energético médio de dez, ou seja, gera dez vezes mais energia do que consome em sua produção, dependendo da topografia, clima e solo da região cultivada. Por isso, cabe ao Brasil, como líder das exportações mundiais de biocombustíveis.

Estas características positivas ao desenvolvimento do setor do etanol não deveriam impedir um crescimento sustentável do setor, sensível as consequências negativas no meio ambiente e na força de trabalho utilizada na produção. É indispensável desenvolver um sistema de certificação internacional que, além de apurar a qualidade físico-química do produto, apure a qualidade de toda a cadeia de produção, inclusive com avaliação sócio-ambiental.

Referências

- Agroenergia: Mitos e impactos na America Latina Organizadores Comissão Pastoral da Terra Rede Social de Justiça e Direitos Humanos 51 mitos e impactos;
- Colonialismo e Agroenergia, , , , , Maria Luisa Mendonça e Marluce Melo, América Latina en Movimiento, No. 419, ALAI, Quito, abril 2007.
- O Mito dos Biocombustíveis - Edivan Pinto, Marluce Melo e Maria Luisa Mendonça, Brasil de Fato, fevereiro de 2007.
- Expansão da Cana no Brasil: Consequências e Perspectivas,,,,, Plácido Junior, Comissão Pastoral da Terra, março de 2007.
- Trabalhadores Rurais: A Negação dos Direitos, Maria Aparecida de Moraes Silva,

⁹ As nacionais também.

Seminario Sobre

- la Industria de la Caña de Azúcar en América Latina, São Paulo- Brasil, fevereiro de 2007.
- How Biofuels Could Starve the Poor, C. Ford Runge and Benjamin Senauer, Foreign Affairs, May/ June 2007.
- If we want to save the planet, we need a five-year freeze on biofuels, George Monbiot, The Guardian, 27 de março de 2007.
- La soberanía alimentaria, en peligro por el auge de los biocombustibles, La Jornada (México), 7 de fevereiro de 2007.